

Questões atuais em segurança pública

Jorge da Silva

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SILVA, J. Questões atuais em segurança pública. In: COSTA, IF., and BALESTRERI, RB., orgs. *Segurança pública no Brasil: um campo de desafios* [online]. Salvador: EDUFBA, 2010, pp. 69-90. ISBN 978-85-232-1232-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

QUESTÕES ATUAIS EM SEGURANÇA PÚBLICA

Jorge da Silva

Antes de mais nada, eu quero dizer de minha a satisfação de estar aqui na Bahia, em Salvador. Eu já venho aqui há algum tempo para participar de cursos, eventos e debates. Eu estive, duas ou três vezes, na Polícia Militar. Todas as vezes em que a gente vai falar em algum lugar, principalmente em um lugar novo, a grande preocupação do palestrante é ser simpático com a plateia, principalmente as pessoas que já trabalham há muitos anos. Então, aqui na Bahia eu tenho um recurso infalível. Eu me casei duas vezes na vida... As duas vezes com baianas. Lógico que eu acho uma boa indicação e eu sou persistente, inclusive a minha esposa está aqui. Aproveitou para rever os familiares dela e eu penso que com esse argumento ninguém vai ter uma maior antipatia com o palestrante.

Nós estamos falando que o Brasil é, na verdade, um continente, e sendo um continente, a sociedade brasileira é um sistema social amplo, dentro do qual encontramos diversos sistemas sociais. A Bahia é um sistema social à parte, contida num sistema social mais amplo que é a sociedade brasileira. Mas, a Bahia também tem dentro de si esquemas sociais e subsistemas sociais diferenciados. Com certeza, a sociedade de Salvador não representa a sociedade de toda a Bahia, assim como eu não poderia ter a pretensão de imaginar que as coisas que acontecem no Rio de Janeiro, ou uma crítica, análise ou reflexão que se possa fazer do Rio de Janeiro seja aplicável a todo lugar. Contudo, de qualquer maneira, eu tenho que fazer essa advertência e não tem jeito, tudo ou muito do que eu vou falar aqui tem a ver com a minha experiência no Rio de Janeiro, então tem que ocorrer um filtro. Ou seja, tudo que eu estou falando aqui tem que ser filtrado e transposto para essa realidade social da Bahia, e de Salvador. E mais, os sistemas sociais menores, por exemplo, o do Rio de Janeiro, no qual temos uma questão séria que se trata de uma cidade pequena, cheia de morros e favelas próximas, convivendo com comunidades abastadas. Eu vou mostrar para vocês daqui a pouco uma foto de São Conrado com a favela da Rocinha. Ou seja, nós temos

uma concentração de pobreza muito grande em um mesmo espaço, praticamente de maior concentração de riquezas do Rio de Janeiro, que é São Conrado. Para quem conhece o Rio de Janeiro, trata-se da Zona Sul. Quer dizer que esta configuração geográfica é muito peculiar, então a margem que se faça dali não é aplicável a outros lugares. Mas de qualquer maneira, como é o que eu conheço e eu até acho que quando acontece esses cursos, o correto seria colocar o Rio para aprender as coisas, para poder comparar com o que a gente faz em outros lugares, mas de qualquer maneira, durante essa semana, vocês vão perceber que eu vou preferir ouvir muito, pois nós vamos conversar, discutir, refletir.

Essa abordagem que costumo fazer tem a ver com o fato de que nós temos a pretensão de imaginar que sabemos do que falamos e que isso é uma construção nossa. Nós não construímos nada, nós somos frutos da realidade produzida pelas pessoas de uma maneira geral. Muita coisa de que vou falar aqui tem relação com o que outras pessoas falaram, com a minha vivência, com minha infância, minha família, meus vizinhos, meus valores. Assim, cada um vai receber o que eu vou falar em função do seu perfil social. Eu faço essa advertência porque quem é que está falando aqui? Eu vou dizer então quem é que não está falando aqui. É alguém que não acha que o Brasil é um país harmonioso que se construiu sem grande derramamento de sangue. Não acha que nós não temos racismo no Brasil, não acha que nós temos um grande problema de machismo no Brasil. Então, falando isso fica mais fácil para compreender que o que será falado é uma escolha, ainda que não consiga ficar nesse lugar. Mas, eu estou dizendo que prefiro ficar neste lugar, eu estou aqui com a pretensão de falar deste lugar, onde as pessoas têm dificuldades financeiras. Podemos falar de um lugar no qual as pessoas não têm oportunidade de falar. Se quem estivesse aqui, possuísse a ideia de que nós vivemos em uma democracia racial, de que o Brasil foi construído sem grande derramamento de sangue, que aqui até as diferenças e o conflito são fundamentais para a integração social. Se aqui tivesse uma pessoa com esse pensamento e com essa ideia, tudo o que se falasse seria ao contrário. Então, acho que este filtro é fundamental a partir do que nós vamos falar.

Outro ponto: estamos falando de políticas públicas. O curso é de políticas públicas e gestão em segurança. E é muito comum de um tempo para cá se falar em políticas públicas, de segurança, de educação

etc. O que as pessoas estão querendo dizer quando falam em políticas públicas? Interessante, alguém um dia falou isso e as pessoas começaram a reproduzir. O que quer dizer Políticas Públicas de Segurança? E nós vamos chamar a atenção para uma característica muito interessante da sociedade brasileira, vis a vis outras sociedades pretensamente mais avançadas, pelo menos do ponto de vista econômico e social. O que é público? Público é o que pertence ao Governo, bens públicos são bens pertencentes ao Governo. Público também pode ser aquilo que pertence à coletividade, ou seja, é público porque é de todos. E público pode ser o inverso. É muito comum no Brasil, e isso é um dado interessante, que você reclame que alguém jogou lixo no chão e que esse alguém pergunta: “a rua é sua?” O que a pessoa está dizendo? Olha, aqui no Brasil ou aqui neste sistema social, a rua não tem dono. Há uma inversão muito importante que é a seguinte: ao invés da rua, de o espaço ser de todos, pessoas acham que o espaço não é de ninguém, e se não é de ninguém, cada qual pode se apropriar do espaço de forma particularizada. É isso que vai explicar o motivo de as pessoas fazerem da rua a extensão de sua casa, fazendo lava a jato na sua calçada, comércio na rua. As pessoas que vendem automóveis, os vendem na rua. Aquelas pessoas que têm um armazém ou um restaurante, mas não se conformam com o espaço que têm e colocam mesas na calçada, fazem um quiosque, cobram e você tem que passar pela rua a pé. O espaço não é de ninguém, logo, quem chegar primeiro se apropria. E esta apropriação articulada do espaço público já que não é uma questão de direito, é uma questão de força. É a lei do mais forte, de quem chega primeiro.

Então, esta questão da diferença entre público pertencente ao governo, público da coletividade e público que não é de ninguém é uma diferença muito importante no Brasil. Porque os recursos não são públicos, as pessoas não têm a noção de que os recursos não são públicos. Públicos em sentido da coletividade. O público para aquelas pessoas é público que é do governo, e se é público do governo, então eu posso me apropriar privadamente dos recursos, eu posso me apropriar particularizadamente, para fins que não são fins públicos, no sentido de serem fins da coletividade. Eu acho que essa leitura está muito clara. E aí ficam as pessoas querendo trabalhar com uma coisa chamada “modelo moralista individualista da profissão”. Todos nós aqui nesta sala somos

honestos, independentemente de algum de nós sermos ladrões. Enquanto não nos pegarem, somos honestos. Assim, a honestidade tem a ver com o fato de você não ser pego. Você não é honesto porque é honesto, e sim porque não te pegaram ainda. Então, este modelo “moralista individualista da profissão” responde por isso, ou seja, quem foi o ladrão. O ladrão, ele tem um problema moral, de caráter. Temos que separar as maçãs podres das boas. Este raciocínio está totalmente errado, pois o princípio que rege a profissão é o princípio sistemático, é uma profissão sistêmica. Há uma série de fatores: primeiro, pensar que os recursos não são públicos (no sentido dos recursos da coletividade); segundo, pensar que os recursos são do governo, e sendo dele, quem estiver associado ao governo também participa dos recursos. Logo é uma lógica muito clara também. Agora, se quisermos, realmente, combater a corrupção, seja na política, no sistema de justiça criminal ou na polícia, o que temos que fazer é pensar que são todos bons e que só há desvio de conduta por falta de caráter. Mesmo porque há muitas pessoas que não se corrompem, não por terem algum caráter e sim por medo.

Eu, às vezes, me pergunto se meu problema é medo. Vou me considerar uma pessoa relativamente honesta, porque as pessoas ficam imaginando que a honestidade é só você não pegar o dinheiro e botar no bolso. Há várias maneiras de corromper uma pessoa do ponto de vista simbólico, valendo-se do seu poder, do poder político, econômico ou de qualquer outro poder que tenha. Assim, você está sendo desonesto. Tanto é que nós temos o chamado assédio moral. Até pouco tempo atrás, nós tínhamos o assédio sexual e hoje já existe uma legislação ampla. Ficamos sempre presos à ideia de que a honestidade tem a ver com não colocar o dinheiro no bolso e também ficamos presos à ideia do modelo moralista individualista da profissão. Qual é a contrapartida desse modelo? É o modelo sistêmico. Vamos admitir a hipótese de que o que estamos assistindo na televisão – na questão de policiais envolvidos em conflitos, acusados de corrupção – deve ser punido. Vai modificar alguma coisa se você não pensar na corrupção em termos sistêmicos? Não vai. Ninguém pensa em não continuar praticando esses atos, seja na política, na polícia, na justiça, ninguém pensa em parar de praticar os atos. Só pensa em tomar mais cuidado – “Da próxima vez seja mais cuidadoso, cauteloso é preciso armar isso direito para que não dê errado”. Então você fica sempre

naquela do cachorro correndo atrás do rabo, sem nunca encontrar um fim. Bom, por que eu dei essas voltas todas?

Políticas Públicas de Segurança: quais são os dois cruciais problemas? Nós estamos aqui em um curso de gestão. Alguém que seja gestor na área de segurança pública, quais são os dois problemas fundamentais de um gestor da área de segurança pública? Por que nós todos raciocinamos que o gestor da área é gestor para fora: “nós temos que ter tantos carros, tantos policiais aqui, temos que fazer um bom policiamento em tal lugar”. Não, antes de qualquer coisa tem que ser gestor para dentro, tem que ser gestor das pessoas, do ser humano que é o policial e das pessoas que trabalham com ele.

A questão das condições de trabalho é muito importante. Quais são os dois problemas fundamentais dos gestores na área da segurança pública? A corrupção e a truculência policial. Estes são os dois problemas com os quais os gestores da área de segurança se defrontam internamente. Como controlar os policiais, os atores da segurança, da polícia e do sistema penitenciário? Como controlar para que eles não se corrompam e para que eles não pratiquem violência, ou seja, exceda-se na área da violência? Como fazer? Nós temos que pensar que a corrupção não é desvio individual, porque senão está todo mundo absolvido. Todos os policiais da Polícia Militar e Civil da Bahia são honestos, até que alguém ateste o contrário. E quando alguém atesta, você pode dizer: “nós não compactuamos com pessoas que se comportam dessa forma dentro da organização. A organização não compactua com esse indivíduo porque nós não convivemos com uma série de coisas”. E aí? Quais são os mecanismos internos e externos que possibilitam e facilitam? Vou dar um exemplo aqui. O que nós podemos dizer de um sistema penal que tem uma norma que diz assim – tráfico de entorpecentes, artigo 12: “trazer consigo substância entorpecente etc. Artigo 16: trazer consigo, para o uso próprio, substância entorpecente etc. Qual é a diferença entre tráfico e uso? É só essa vírgula. Quem vai aferir que se trata de tráfico ou de uso, logo de saída, quem vai dizer? É o policial. Ele mete medo, depois vai para a delegacia, depois vai para o promotor, para o juiz. E em uma sociedade hierárquica, vai depender da cara da pessoa, se é de traficante ou usuário, independentemente da quantidade. Mas será que isso é tão difícil de perceber como realidade? Isso é um convite aos

policiais para que façam abstenções e levem alguma vantagem. É um convite do sistema para que os policiais se corrompam.

E ainda que em toda sequência haja corrupção, não é corrupção só por dinheiro. Ou seja, o sistema é montado para não funcionar direito, ele é montado para que haja discriminação racial, para que os policiais se aproveitem da hierarquia social brasileira. Não se quer – isso é uma opinião – que os policiais trabalhem de uma forma igualitária. A elite dirigente do Brasil, seja no Rio de Janeiro ou no Brasil inteiro, seja em Salvador ou em qualquer lugar, não quer que os policiais trabalhem de forma igualitária, tratando todas as pessoas igualmente. E o pior, depois coloca a culpa nos policiais, quando eles fazem o que é esperado deles. Eu pergunto: deseja-se honestamente no Brasil que os policiais sejam imparciais e que tratem a todos com igualdade? Esse é o desejo de toda a nação? Que haja respeito aqui e ali, que haja respeito com um favelado da mesma forma que haja com uma pessoa que mora em uma área nobre? Aí fala a minha experiência de 33 (trinta e três) anos trabalhando na polícia: não querem! Não querem que a polícia trabalhe igualitariamente. E como é que muda isso? Com um curso como esse aqui, para trazer à reflexão outros que estão na contramão da ideia tradicional.

Eu sou especialista em levantar contradições, pois meu trabalho é esse, levantar contradições em torno do que nós imaginamos o que deve ser o trabalho da polícia. Vamos voltar para o Rio de Janeiro porque aí fica mais fácil identificar o que eu estou dizendo. Eu não sei se vocês viram que o governo federal reuniu policiais militares de vários estados da federação e anunciou que criou uma Força Nacional. Não criou, porque são policiais militares de vários estados que estão nos seus estados e se, por exemplo, o estado da Bahia precisar de uma ajuda, aí o governo federal descentraliza essa orientação, chama, e os estados continuam pagando. O governo manda uma ajuda e então viria uma força aqui para a Bahia para ajudar a resolver um problema grave em um dado momento. Bom, mas essa força precisa ser treinada e qual foi o lugar escolhido para ela treinar? Rio de Janeiro. Eu faço parte do governo do Rio, sou secretário dos direitos humanos do estado do Rio de Janeiro. Qual foi a unidade que foi treinar essa força? O Batalhão de Operações Especiais. Muito bem, a força de elite, mas qual foi o primeiro lugar em que essa força teve treinamento prático? Em duas favelas do Rio de Janeiro. Como

foram fazer treinamento prático em duas favelas? E os integrantes da Força Nacional foram como? Inclusive as mulheres da Força Nacional foram armadas de fuzil, com uniforme de campanha e colete à prova de balas. Agora, o recado está dado. E depois não querem que a polícia seja truculenta, violenta, que discriminem os pobres. Quer dizer, a própria forma como esse assunto é conduzido é uma sinalização clara de quem é o alvo e de como esse alvo deve ser combatido.

Então, em um clima como esse, a gente não pode simplesmente tirar de uma violência praticada por um policial lá na favela, que todos os policiais são bons. As autoridades da administração, da polícia da segurança, são todos bons. Mas aquele policial, ele extrapolou, então deve ser execrado. Vamos expulsá-lo e se ficar comprovado que ele praticou um crime, vamos puni-lo e colocá-lo na cadeia. Bom, mas cadeia ele pode ir se não tiver curso, mas se for um coronel, está tudo bem, porque o coronel e o major têm prisão especial. Mas, enquanto sargento da base, ele viria para estes depósitos de gente que nós temos no Brasil. Todavia, aí não pode porque você tem que criar em cada lugar da federação um presídio para policiais. Ou seja, aqueles que não foram parar nos cemitérios nessa insanidade, têm um presídio especial, para ex-policiais e para policiais que estão respondendo a processos. Isto é uma covardia com essas pessoas desumanas da base, que arriscam suas vidas e deixam suas famílias preocupadas em casa.

Nós não temos esse direito. Nós das camadas média e alta da sociedade, não temos o direito de fazer isso, pois é uma covardia o que fazemos com estas pessoas, com os policiais e com as pessoas, de maneira geral, das camadas populares. Eu acho que nós devemos refletir muito sobre a forma como vem sendo concebida a segurança pública no Brasil. Ou seja, qual é o problema da segurança? É falta de empenho do governo, do secretário de segurança, de viatura, é falta de efetivo, o salário pago para os policiais, etc.

Há três setores da sociedade brasileira em torno dos quais o discurso é sempre o de apoio. Se você ouvir a classe política, em todos os níveis, você vai ouvir que os policiais, os professores e os profissionais da saúde precisam ganhar bem. Eu ainda não ouvi nenhum político, empresário, acadêmico, enfim, nenhuma pessoa dizer ao contrário. Ora, se há um consenso em torno da ideia de que os professores universitários e aqueles

que lidam com as crianças, os profissionais de saúde pública precisam ganhar bem para trabalhar com amor, carinho e dedicação com as pessoas, os policiais, enfim, se há esse consenso, porque exatamente essas classes são as mais mal pagas do Brasil? É claro que é tudo discurso da boca para fora. Então, neste sentido, é preciso que comecemos a questionar esses discursos baixos. Vou dar um exemplo aqui a respeito da coletividade policial: existe uma receita de bolo circulando no Brasil inteiro sobre como se forma uma polícia: 1) tem que fazer uma reciclagem geral em todos os policiais; 2) separar as maçãs podres das boas; 3) Melhorar os salários; 4) incorporar novas tecnologias; 5) selecionar bem as pessoas que vão entrar na polícia, ou seja, uma seleção-formação.

Vou fazer aqui o advogado do diabo. Alguém que entra para a polícia tem, no mínimo, 18, 19 ou 20 anos de idade, em média 20 anos. Se o Rei Salomão está com a razão, depois dos doze anos fica difícil você modificar a personalidade de alguém. E como é que você vê o papel da polícia na cabeça das pessoas? Eu acabei de fazer uma tese há pouco tempo e ouvi muitos favelados: sobre qual a concepção que estas pessoas das camadas populares – e isso não deverá ser diferente aqui no estado da Bahia, em Salvador – têm do que é ser um policial. Um garoto de 15 ou 16 anos tem a ideia do que é ser um policial. Ele está vendo como é que a polícia trabalha. Ele tem contato com policiais que, ao invés de atuarem honestamente, atuam favorecendo desordem, crimes etc. Ele conhece porque essas coisas acontecem mais no seu espaço. Então ele tem uma ideia do que é ser policial. E ele entra para a polícia. Como é que você vai modificar a concepção que ele tem do que é ser policial? Como é que você vai modificar essa concepção em um cidadão que quer ser político desde quando ele viu que ser político é aquilo? Se você passa a ter a ideia de que ser político é isso que você assiste na televisão, você não pode exigir que uma pessoa entre na política com bons propósitos. Claro que existe, desde que seja a maioria, mas você não vai imaginar que há um desvio de caráter. É sistêmico.

Nós temos aqui policiais da Polícia Militar e Civil e também temos pessoas da comunidade. Uma preocupação que devemos ter com relação a esse esquema é que há, da parte dos policiais, assim como dos juizes e promotores, uma grande resistência em discutir sua atividade com alguém de fora. – “Não, nós é que sabemos, o quê que esse doutor, esse

sociólogo vem ensinar a gente? Ensina nada, pois sou delegado já há dez anos, eu fiz a escola de formação da polícia, fiz academia da Polícia Militar...”. Esta é uma confusão interessante, pois é o seguinte, entre a teoria e a prática, entre profissionais e leis, o policial militar que fez um concurso, fez uma escola de dois ou três meses, ele é um profissional? Seis meses, ele é um profissional? Não. No Rio de Janeiro, há dez anos incorporaram dezenove delegados de polícia e o que era um delegado de polícia? Era uma pessoa que tinha o curso de Direito e depois fez uma prova onde se apresenta milhares de candidatos para poucas vagas e essa pessoa estuda, estuda, estuda... Mas estuda direito, pois tudo que estudou na faculdade é estudado de novo. Aí, entra na Academia da Polícia e estuda tudo de novo. Este curso ao qual estou me referindo foi feito em um mês. Então, você percebe que fez curso de Direito, passou no concurso e ficou na academia um mês. São profissionais? Em minha opinião, não. Esta é uma diferença muito grande, porque o momento de refletir sobre a profissão possibilita alguém se tornar um profissional. Logo, profissional não é aquela pessoa que tem uma carteira da polícia e diz “aqui minha carteira, sou um profissional”, não é isso que transforma alguém num profissional. É lamentável. E aí é fundamental para quem está na polícia construir isso aqui, para que você se pergunte o seguinte: tocou uma sirene ou o telefone lá na delegacia ou na Polícia Militar e alguém atende. Do outro lado é uma senhora apavorada porque há dois ladrões dentro da casa dela e mesmo apavorada chama a polícia porque ela conseguiu um jeito. E eu pergunto: como a polícia deve chegar à casa dessa senhora? Como é que a patrulha deve chegar à casa dessa senhora? Deve chegar com a sirene ligada ou desligada? É preciso entender que a polícia brasileira não é diferente da sociedade. A polícia brasileira trabalha com o foco no bandido, ela não trabalha com o foco no cidadão ou na comunidade. E isto explica e muito as chamadas “balas perdidas”, porque o meu cliente, o cliente do meu trabalho é o bandido, a polícia existe por causa dos bandidos. Então você deixa de ser um mediador dos conflitos sociais, você deixa de ser um protetor da coletividade porque você está atrás dos bandidos. E em uma hora que a pessoa pede socorro, você não vai socorrer a pessoa, você a deixa e vai para o bandido.

Este exemplo que estou dando explica que neste ponto, a questão do foco, há um desdobramento interessante, ou seja, você trabalhando

com ele, você transforma a segurança em meta. E a polícia, em uma sociedade dividida como a brasileira em que você tem vários estratos, qual teria que ser a missão da polícia? Um papel de mediadora dos conflitos entre diferentes segmentos. Ela não pode se envolver nos conflitos. E o que nós vemos aqui é exatamente isso, a polícia se envolve no conflito a favor do segmento, imaginando que ela existe para defender um segmento contra o outro. Ela se envolve no conflito, se envolve na camada alta, se coloca dona e participante do poder e esse poder tem suas características. Quais são os sinais do poder no Brasil? Temos alguns: sinal patrimônio, da violência, da condição social, da cor da pele, ou seja, o poder tem algumas características. Um jovem favelado que não é da polícia sabe que está em um lugar e quando ele entra para a polícia ele se autopromove ao outro lugar. Aí se explica, por exemplo, o que tem aparecido em pesquisas no Rio de Janeiro, apareceu na minha e me assustou, pois eu já sabia disso, mas não achava que isso fosse mentalizado pelas pessoas que sofrem discriminação. Os favelados tremem de medo da polícia. Agora, quando o policial é negro aí a coisa piora. Quando um policial é negro, eles têm mais medo ainda, porque dizem que tudo pode acontecer. Não estou dizendo que eles não têm medo dos policiais brancos, e sim que esse fato apareceu na minha pesquisa comentada por alguns colegas. Eu acho que é uma indicação de que há essa identificação com o poder, e se o poder tem cor, eu estou do lado do poder. Eu estou falando isso com toda a tranquilidade para os policiais que estão aqui e que me dão um crédito em função da minha experiência. Quando um policial fala que teoria é bobagem, ele vai ficar trinta anos fazendo a mesma coisa e não querendo repensar no seu trabalho, e quem é que pode ajudar? Os acadêmicos, os pesquisadores. Nós procuramos a academia porque você que está ali dentro não tem mais a capacidade de ver o que você está fazendo, quem já viu fora tem essa possibilidade. Então não façam isso, “na prática a teoria é outra”. Eu sou um prático porque para mim segurança é isso, e não existe desastre maior do que um prático teorizante. Ele quer discutir com quem está estudando ou pesquisando o seu próprio trabalho. Isso é um apelo que eu faço aqui aos companheiros das polícias Militar e Civil: que pensem nisso que nós estamos falando aqui. Quem sabe aqui qual é a taxa de elucidação de homicídios no Brasil? Ou seja, de cada cem

homicídios acontecidos no Brasil quantos são apurados? Em 1991 a cada 100 homicídios a taxa de elucidação não passava dos 4%.

Vocês são muito bons investigadores e é claro que quando você tem uma massa muito grande de homicídios, fica muito difícil de apurar. Mas de qualquer maneira, é uma taxa muito pequena se você considerar que você está incluindo ali os homicídios por flagrante. Logo, só se apura crime no Brasil dependendo de quem é a vítima. Se matarem um grande empresário, vai haver uma gritaria geral, canal de televisão, todos os jornais, a polícia toda, os secretários de segurança, todos vão apurar quem vai cair, o governo que vai ser reeleito, porque a televisão não vai apoiar, a imprensa não vai apoiar, então está todo mundo ali cercado para apurar aquele crime. Nós entramos na república imaginando-nos na monarquia. O Brasil não tem mais duques, barões, condes e princesas. É claro que isso não se modifica do dia para a noite, mas é preciso pensar nisso. Um país que tem prisão especial é um país que se pensa em uma monarquia. Logo, nesse país não cabe ficar falando em república e em procedimentos republicanos. Republicano no sentido de coisa de todos, coisa geral da sociedade quando se trata do sistema de segurança pública, que, como se sabe, até onde consegui demonstrar, no Brasil o sistema de segurança pública não é público no sentido de que seja da coletividade.

Com relação à ingerência política na polícia, inicialmente, eu falei que nós temos um sistema social para uma sociedade, então não podemos imaginar que temos uma polícia ruim, uma justiça boa, um sistema político ruim. Constituímos um povo mais ou menos uniforme, nós temos coisas boas e coisas ruins, a academia não é um lugar só de coisas boas e tem muita coisa boa. O sistema político brasileiro quer o que é a polícia hoje, agora não há a mínima possibilidade de que você tenha uma polícia que não seja regulada pelo sistema político. Como é que você pode ter uma polícia autônoma? A autonomia da polícia tem que ser dada pela constituição e pelas leis. Então, chega o governador e quer que a polícia faça isso, faça aquilo. A polícia tem que sair prendendo todo mundo. Chega o outro e já acha que a polícia tem que ser humanitária. E onde é que ficam os profissionais? Aí começa a fazer sentido aquilo que eu falei inicialmente: se você não tem uma consistência profissional, qualquer um chega e pode fazer o que quiser. É preciso criar uma consistência profissional com muito conhecimento para que você possa chegar e

contradizer alguns posicionamentos políticos visivelmente eleitorais. Isso é no Brasil, nos Estados Unidos, na Inglaterra, não existe essa possibilidade de impostos entre a polícia e o mundo político. A questão da falta de qualificação se você não está sente despreparado é porque depende do que você esteja querendo saber. Despreparado para quê? Polícia tem aos montes, discrimina bem, na hora de prender ela sabe quem pode prender e quem não pode, na hora de dar tapa na cara sabe onde pode dar e onde não pode, como é que ela não é deficiente? É deficiente, mas aos olhos de determinados setores ela é muito eficiente, ela é deficiente aos olhos de outros. Veja o sistema penitenciário, ele é caótico? Ele é fábrica de crime? Ele está falido? Para quem? Para nós não. Ele não é deficiente para nós. Ou seja, se nós achamos que deve persistir no Brasil o instituto da prisão especial, se nós achamos que determinadas pessoas não devem ser julgadas pelo júri popular, diferentemente do que acontece no mundo inteiro. Como é que o sistema é ineficiente se nós não achamos isso? Se achamos que não devemos ir para lá, nós não vamos, se nós achamos que determinadas pessoas não devem ir a júri e não vão, o sistema é muito eficiente, porque ele só atinge as pessoas que são destinadas ao seu controle. Então, quando pensarmos em eficiência temos que fazer esse raciocínio, eficiente para quem?

No Rio de Janeiro, a relação de política e polícia, essa ideia de que houve um espaço para que o narcotráfico entrasse, isso, eu acho que foi uma visão colocada contra o então governador Brizola. Eu raciocino o contrário, aliás, estou sempre tentando raciocinar o contrário. As pessoas não perguntam se no Rio de Janeiro o número de usuários de drogas aumentou. Passou-se a consumir cocaína em larga escala, porque se a quantidade de cocaína consumida aumenta, é preciso que o comércio se estruture para oferecer a cocaína, se a quantidade de maconha consumida aumenta em progressão geométrica, é preciso que alguém se estruture para oferecer maconha. Como é que passa pela cabeça de alguém que é possível acabar com tráfico enquanto há uso? Isso é maluquice. Como é possível conter o consumo na vertente da oferta? Isso é um atentado à lógica da economia, a economia capitalista funciona dessa forma: há demanda, há oferta. E se a demanda é clandestina, a oferta tem que ser clandestina. E quem inventou o crime organizado, quem foi? Os americanos, na chamada “lei seca” na década de 20.

Com a chamada lei seca eles federalizaram o combate ao consumo e o fabrico de álcool e inventaram o crime organizado nacionalmente, um modelo que é exportado hoje em dia para o mundo todo e que, no nosso caso, ficamos aqui nos matando. “Bandido pouco, bandido morto”, sim, mas um traficante da favela não é brasileiro, não? Eu só sei dizer que no Rio de Janeiro, e eu acredito que isso aconteça em qualquer capital do Brasil, há policiais morrendo, traficantes morrendo em grande quantidade, pessoas da comunidade morrendo... “então, vamos concordar com você, ele é brasileiro”. Traficante é brasileiro ou não é? “É”. Então, eu posso dizer que brasileiros estão matando brasileiros de cá para lá e de lá para cá. Então, nesse caso, não houve essa ideia de que estava ausente, eu quero chamar a atenção aqui também para essa ideia: a forma de o Estado brasileiro se fazer presente junto às massas despossuídas sempre foi deixá-las à sua própria sorte, ou seja, isso é deliberado, a ausência é à forma de estar presente. É preciso pensar nisso, o Estado não é ausente não, ele está ali dessa forma, ele está ali não estando, para que as coisas ocorram desta forma.

Para aqueles que insistem em citar o caso da polícia inglesa e sua falha diante da prisão do brasileiro Jean Charles: eu visitei a polícia inglesa, pelo menos umas três ou quatro vezes, estive lá, e veja bem, houve um fato. Nós aqui reclamamos demais da mídia porque ela generaliza, nos estamos generalizando em torno de um fato. Ou seja, a polícia inglesa, eu não estou justificando o ato, pois ele é abominável, só que nós aqui ficamos muito indignados com o que acontece lá e não nos indignamos com as centenas de pessoas que estão morrendo hoje no Brasil daquela mesma forma, massacrados pela polícia. Nós nos indignamos com a discriminação, porque aquele rapaz que morreu lá não tinha um fenótipo inglês. Se ele fosse loiro não teria morrido. Ele morreu por causa do fenótipo dele e aqui no Brasil há muita gente morrendo na calada da noite e mesmo durante o dia por causa do fenótipo, mas nós nos escandalizamos com as coisas que acontecem em outros lugares.

Todos nós, quando fazemos uma coisa, ocupamos um espaço vazio. Você fala sempre de algum lugar. Em relação à questão sobre a polícia inglesa, de divulgar ou não os fatos nos escândalos policiais, é preciso compreender que a polícia inglesa é uma polícia de uma sociedade homogênea, ou seja, não há grandes discrepâncias sociais na Inglaterra.

Lá a quantidade de pobres é minúscula e a quantidade de pessoas muito ricas também é minúscula. O que existe na Inglaterra é uma enorme classe média. Não é próprio de um sistema como o da Inglaterra que o cidadão queira ser rico, o cidadão não deseja estar fora da média, como é o caso do sonho americano. Num país assim, a polícia não é um instrumento de combate e sim um instrumento de mediação e proteção, e é preciso então que todos vejam a polícia como esse instrumento de proteção. No Brasil, a polícia não é assim, a polícia não é vista como um instrumento de proteção, ou seja, as pessoas que têm mais poder e posses na sociedade querem a polícia particularizada, uma polícia para si, para combater aqueles que eles acham que são os perigosos ou inconvenientes. Então, em uma sociedade assim, você vê o tempo todo, você manda a polícia morrer e matar combatendo lá na favela e depois você esquece isso.

Sobre o meu livro “Brasil Segurança Máxima” que escrevi com o então governador Garotinho: no prefácio você pode ver que é um programa do candidato Garotinho à presidência da república. Um programa para a segurança pública do Brasil, ou seja, naquele momento, o meu lugar era o lugar político. Era um escriba, ou seja, um professor que ajuda a escrever. Agora, este livro tem as minhas ideias. Nada que está ali corrige o que eu penso.

Eu não sou o dono da verdade, você não é, ninguém é dono da verdade, não é o que estamos discutindo. Nós estamos lutando contra uma ideologia, e se você, que é comandante da companhia de cadetes, se você não seguir a marcha tradicional vai acabar sendo tão certo como um subversivo dentro da academia. Ou seja, o sistema te empurra para fazer o que sempre foi feito, qualquer mudança no sentido de imprimir nova direção, novos valores, inclusive para atender à dinâmica da sociedade, você vai ter muita dificuldade. Então, na academia nós temos essas dificuldades todas. Darei um exemplo: você sabe que assim como está acontecendo aqui no estado da Bahia, no Rio Grande do Sul, na Paraíba, nós temos lá no Rio de Janeiro – a professora Ivone conhece isso – um curso de especialização em Políticas Públicas e Segurança Pública na Universidade Federal Fluminense. O que foi feito lá? Um pouco da participação dos oficiais que pensavam dessa forma, o curso superior de Polícia Militar foi dividido em cargas horárias. Metade foi

entregue a Universidade Federal Fluminense para que ela planejasse um complemento ao curso, um curso de especialização nos moldes da Universidade. Pessoas internas à PM, mesmo achando que “eu sou um “bundão”, pelo menos eles não acham que sou burro, essa é uma grande vantagem, e acham até que eu tenho umas ideias interessantes às vezes.

Havia muita dificuldade entre eles de contestarem o curso, então acabavam fazendo. Eu saí da área de segurança e fui para a área de direitos humanos... piorou tudo. É aí que você diz que país é esse. Ou seja, um coronel da Polícia Militar, que também é um acadêmico, livros publicados, com uma história de defesa dos direitos humanos, num país em que você defende os direitos humanos e é contra a polícia não dá para entender. Você imagina o que é tentar modificar isso? O que está acontecendo com relação a esses oficiais? Querem acabar com o curso. E porque tem que acabar com o curso? Porque acabou o argumento. O pessoal que eu chamo de “teoria X” da polícia, eles não têm mais argumentos porque pararam de estudar, porque eles são contra a teoria. Quem é contra a teoria não pode colocar o livro debaixo do braço, senão fica mal perante os colegas: “Ô rapaz você agora também está com essa história de andar com livro?”. Quer dizer, como você pode participar de uma corporação em que há preconceito contra os livros da sua profissão? Você comanda na escola, me diga quantos livros sobre segurança pública e polícia são adotados na sua academia? Pasmem, é um estudo sem livro. É o que eu estou me referindo na Bahia, é um estudo sem livro, só com apostila. Eu fiz um curso de formação de oficiais que só tinha apostila. Vou fazer um curso de aperfeiçoamento de oficiais e descubro que os instrutores não são aqueles que fizeram o curso antes de mim, mas eles têm as mesmas apostilas do curso que é feito na escola. Vou fazer um curso superior e as apostilas são as mesmas do curso de aperfeiçoamento de oficiais da escola. Ou seja, nós não temos um estudo reflexivo e vou dizer aqui que isso é cômico, se você tiver um pouco mais adiantado aqui, parabéns! Mas eu tenho a intuição de que é muito difícil avançar.

Eu falei aqui inicialmente que a sociedade brasileira, assim como sistema social, não é uma sociedade homogênea. Dizem por aí, eu ainda não conferi, que nos países centrais a diferença entre o menor e o maior salário varia em torno de 10 (dez) a 15(quinze) vezes, ou seja, ninguém

ganha cem ou duzentas vezes mais que o outro, isso não é comum. Então, são sociedades mais harmoniosas, ou seja, no ponto de vista econômico e no ponto de vista étnico. A Inglaterra é uma terra de ingleses, há uma coesão humanitária e étnica. No Brasil, nós não temos essa configuração social e isso gera uma sociedade hierarquizada com base naqueles indicadores que eu falei anteriormente. Se for assim, essa hierarquia é transposta para todas as configurações. Há hierarquia dentro da Polícia Militar, do Ministério Público. Na Polícia Militar, o Sargento sabe mais do que o Cabo, o Capitão sabe mais do que o Tenente e o Coronel é o senhor de todas as verdades, ele não precisa estudar porque ele é superior. “Você pode estudar filosofia ou que você quiser, mas eu sou o Coronel, e não vem para cá com essas baboseiras”. É assim na Polícia Militar, Civil, no Ministério Público, na Academia. Eu tirei o título de doutor, e depois cheguei para a minha mulher brincando e disse: “olha, agora você está falando com um doutor”, ou seja, nós somos a sociedade do “você sabe com quem está falando?”, então, para responder agora se é ideologia ou medo, são as duas coisas: ideologia, mas eu acho que é mais medo de saber, porque você mistura a preguiça de estudar com o medo de saber, então o saber é uma ameaça para determinadas pessoas e nós temos que saber cada vez mais, ou seja, quanto mais eles me criticam, mais eu estudo. Fui fazer um doutorado aos 60 (sessenta) anos de idade, me tornei doutor. Isso pode soar como ridículo para algumas pessoas.

Vamos fazer aqui só uma colocação rápida. O que eu estava querendo dizer sobre a Polícia Civil é que ela é uma polícia vítima e mais vítima ainda do que a Polícia Militar. A Polícia Militar é vítima por causa de uma sobrecarga, é uma corporação que é igual a “Bombril”, mil e uma utilidades. Em função desta demanda por visibilidade, não se dá à Polícia Civil o que ela precisa para que possa prestar os serviços à população, é o que eu observo, eu sou mais velho e venho acompanhando essa discussão há muitos anos. Eu participei, em Brasília, antes da Assembleia Nacional Constituinte, do grupo que observa a Polícia Militar e com vários militares da época. Eu percebi uma coisa: nesses movimentos, todos que são delegados se unem para lutar pela Polícia Civil, e quando coronéis, promotores, enfim quando todos se unem para lutar pelos seus deuses, não há interesse público. Nós temos hoje no Brasil essa dicotomia Polícia Militar x Polícia Civil, sem uma definição clara de que a Polícia Civil é uma

polícia científica e investigativa e que precisa ser instrumentalizada para fazer isso. A Polícia Civil não precisa de coletes a prova de balas, de fuzil, mas a demanda é para que ela tenha fuzil e coletes a prova de balas. Então, essa mecanização foi conduzida pelos interesses corporativos dos coronéis da Polícia Militar, esses delegados que lutaram muito para que as coisas ficassem como estavam, e a grande conquista da Polícia Civil na Assembleia Nacional Constituinte, qual foi? Os delegados queriam integrar o chamado “mundo jurídico” e esta foi a grande luta dos delegados. E até hoje a Polícia Militar precisa ser estruturada num modelo diferente do atual. Quer dizer que eu tenho que vestir o uniforme cáqui, olhar a mim no espelho e meter medo? Eu tenho que vestir o uniforme azul, olhar no espelho e meter medo? Quer dizer, então esta ambiguidade gerou uma vitimização das polícias. Isso quer dizer o seguinte: a Polícia Civil vive uma tremenda crise de identidade e não sabe o que é. A Polícia Militar também vive uma tremenda crise de identidade e não sabe o que é. Não sabe se é meio exército, meio polícia, meio tropa de combate, os policiais não sabem nem o que são. Ou seja, esta é uma discussão que poderia ter sido resolvida na Assembleia Nacional Constituinte e não se resolveu porque os interesses corporativos de coronéis e delegados prevaleceram.

Quando lancei o meu livro, em 1990, realizei uma pesquisa para a publicação que mostrou o seguinte: a quantidade de homicídios crescia na mesma proporção em que as armas de fogo eram registradas na polícia. Eu comecei a verificar o seguinte: o livro foi escrito em 1989 e vi uma coisa interessante: nós da polícia ainda trabalhamos com a ideia de que se você fizer um trabalho intenso de apreensão de armas de fogo, se os bandidos estiverem desarmados, nós vamos ter menos assaltos e mortes com armas de fogo”. Essa é a nossa presunção e podemos diminuir o número de armas em circulação. Essa é a nossa ideia. Quanto mais armas você apreende, mais armas circulam e mais pessoas são mortas por armas de fogo. Uma pesquisa recente, publicada pela UNESCO com base em dados do SUS, mostrou que precisa ser revisto esse projeto. O Brasil é um dos primeiros países em morte no mundo, só perdendo para um país que fica na África. Ou seja, quando você vai verificar de que morrem as pessoas no Brasil, você verifica um percentual enorme de mais de 50% que morrem por armas de fogo. Foram mais de 55 mil brasileiros que

morreram em 2003 vítimas de armas de fogo. Veja bem, quando você tem um quadro como esse e não consegue acionar a PM, não consegue modificar o quadro, você começa a desconfiar do seguinte: como nós estamos aquecendo o mercado internacional, aquecendo os traficantes? Bom, a ideia de que a polícia brasileira está em uma guerra é uma ideia antiga, independentemente do coro. Não se esqueça de que a Polícia Militar, historicamente, é força auxiliar e reserva do exército. A Polícia Militar é organizada, é matadora de caçadores, é uma força auxiliar que é organizada nos moldes do exército. Como é que se constituiu a Polícia Militar no Brasil? Foi a polícia da corte. Vieram três ou quatro mil pessoas para o Rio de Janeiro com o rei, pois, em uma cidade cheia de escravos, era preciso proteger aquelas pessoas. Então, vem de Portugal aquela tropa real que servirá para proteger a corte dentro do Rio de Janeiro. No Rio de Janeiro, hoje, vocês sabem qual é o símbolo da Polícia Militar? É a coroa Portuguesa.

Quer dizer então que há uma tendência no Brasil, um corte na história, e nós temos uma história muito longa. Como é que foram formados na república? A ordem, qual é? Matar tudo. Não tem esse negócio de tremer não, a ordem é matar, e isso já na república. E a gente começa a entender o porquê que faz muito sentido a lei de muitas pessoas, de que “bandido bom é bandido morto”. Ora, eu não tenho procuração dos bandidos, o que eu estou vendo aqui é o seguinte: como é que é a cara do bandido? Qual é a cara do bandido? Onde o bandido mora? Se nós conseguirmos responder essas perguntas, aí vai começar a fazer sentido o que as pessoas estão dizendo quando afirmam que bandido bom é bandido morto. Elas não estão se referindo os bandidos de concreto e sim bandidos abstratos. Ou seja, eu vou dizer: o bandido tem cara, ele mora em tal lugar, ele tem cor... Eu vou então e coloco as forças para agirem neste local. O que é o BOPE, como qualquer força deste tipo? Você conhece muito bem e eu já cansei de falar isso, que é uma unidade como a SWAT, por exemplo, que são policiais altamente qualificados, policiais que mergulham e tem condições de ficar submersos por muito tempo, são policiais que possuem uma grande rigidez física e que se acostuma a sobreviver em situações inóspitas, para estas situações especiais. Então, esses policiais são especiais para lhe dar com situações especiais. E o que eu estou observando é que vocês estão

formando grupos especiais para lidarem com situações diversas, isso é uma bobagem. Porque você acaba absorvendo os vícios dos generalistas. Há uma grande legitimidade atribuída a esse modo de ser. Qual é o policial valorizado no Brasil internamente e fora da polícia? É o combatente, o “Rotão”, o operacional. Sabe qual é a diferença entre operacional e burocrata? É a aparência. Então, é fácil ser operacional na Polícia Militar, por exemplo, eu coloco um revólver na cintura, estufo o peito e não aturo conversa não. Independentemente do que eu faça, é ou não é assim na Polícia Militar? É a pose. Eu pergunto aos meus colegas aqui presentes: é ou não é assim?

Eu estou querendo dizer que você não pode diferenciar quem é operacional e quem não é pela aparência. Você pode ter um policial que não fale muito, seja retraído, e ele ser extremamente operacional do ponto de vista dos resultados. E você pode ter um policial todo espalhafatoso que é um tremendo bobão, que, por sinal, existem muitos. Então, a aparência não é critério para estabelecer quem é operacional de quem não é. Eu tinha um colega Major que foi amigo meu. Eu escrevi um livro uma vez que dizia qual a diferença entre operacional e o não operacional. Eu dizia que o operacional é aquele que tem cabelos brancos, etc. E ele me disse – “Jorge não leva a mal não, mas quando eu vi essa descrição eu me lembrei de você”. Eu sugiro que, se vocês puderem, passem para seus colegas o filme “Notícias de uma guerra particular”, é um documentário de João Salles que mostra o Rio de Janeiro, para verificar a insanidade que é essa coisa. Então, nós vamos verificar nesse documentário que um oficial se orgulha de dizer “somos especializados”. Esse depoimento dele foi antes daquele evento do ônibus “174”, no Rio de Janeiro, onde teve um festival de erros. “Nós nos especializamos, somos hoje as principais tropas de combate urbano do mundo, inclusive, somos especializados em combate às favelas”. Verifica-se o seguinte: das 200 ou 216 operações que tivemos ano passado, todas foram em favelas. Sabe-se que essas organizações especiais são criadas para essas situações de grande risco da polícia e o documento de criação daquela unidade diz exatamente isso. É claro que a situação do Rio de Janeiro demanda uma série de mudanças, mas você não pode vir de repente e dizer “essa unidade aqui é uma tropa de combate urbano”. Então, é outra coisa e não é mais o que era. Logo, o Estado precisa criar alguma coisa para voltar a ser o que era. A não ser

que alguém imagine que não é preciso mais haver, dentro das estruturas policiais, um grupo extremamente especializado para situações em que existem várias pessoas de bem correndo risco de morte.

O que aconteceu depois dessa afirmação do oficial? No caso do ônibus 174, um integrante da polícia, no momento em que o bandido estava com a refém e já descia do ônibus, preparando-se para se entregar, (todos viram isso) ele atira tentando acertar o bandido e acerta na vítima. Será que este fato não tem nada a ver com aquele depoimento do capitão? Eu tenho minhas dúvidas. Mas, eu arrisco dizer que pode ser que tenha. Que aquilo ali tenha sido um sinal de despreparo para aquela situação, ou seja, uma organização que foi criada para aquele tipo de situação estava sendo treinada para outra.

Bom, acho que esse complemento esclarece melhor tudo aquilo que eu estava querendo dizer quanto à ideologia da operacionalidade. O que, na cabeça de um oficial, um soldado tem como ideia de ser um operacional? Será que é muito diferente do que existe na cabeça de um policial federal? Ser operacional é o quê? Eu acho que este ponto especificamente – o que é ser operacional – deve ser discutido na academia da polícia. Os jogados, os operacionais e os não operacionais são uns bobos e quando aqui dentro da polícia começa a se falar em direitos humanos, em respeitar as pessoas, trabalhar com respeito, aí são estes uns bobos. A ideologia do que é ser operacional está muito ligada a ser valente, ser combatente. No Rio de Janeiro, e eu quero ouvir um pouco mais como é que as coisas funcionam por aqui para aprender um pouco mais, há alguns anos foi inventada uma lei concedendo promoção por bravura e aumento no salário em situação de confronto. Quer dizer então, que se você demonstrou que matou em serviço, ora, quem é que vai matar que não seja em serviço? Você tem que admitir a hipótese de que alguém vai inventar confronto e bravuras para ser promovido ou obter aumento no salário. Eu não estou dizendo que isso aconteceu, mas, sinceramente, há muitas acusações de que isso aconteceu. Não foram comprovadas, mas conhecendo bem a corporação como eu conheço, sou tentado a admitir que isso tenha acontecido muito. Eu queria dizer que nesse sentido, operacionalidade é isso. Agora, você imaginar que ser operacional é ser combatente, você acaba com o preconceito com relação a esse tipo de atividade. Isso é muito comum na PM, principalmente, aquele

preconceito contra esse tipo de ação. Polícia Militar não é assistência social, nós não estamos aqui para lidar com as causas, mas sim com os efeitos. Nas polícias, todas elas, sobretudo no Rio de Janeiro, existe um código de ocorrência chamado “As Criminais e as Não Criminais”, ou seja, os policiais que se dizem operacionais só querem trabalhar com as chamadas criminais e os bobões trabalham com tudo. Com as criminais e com as que não são criminais. Eles trabalham com as ocorrências porque nós não estamos em Londres, o Brasil não é a Inglaterra nem a Suécia. É um Brasil que precisa de um Estatuto da Criança e do Adolescente e a Suécia e a Inglaterra não. Então, num país com essa estrutura social, como é que você pode ser uma polícia operacional esquecendo-se do lugar onde você atua? Esse é o nosso Brasil, com todos esses problemas. E se nós somos o primeiro momento do Estado presente ali, nós não podemos nos omitir dizendo que tal situação pertence a outro departamento. Não há a mínima possibilidade de sermos operacionais nesse sentido, é preciso compreender que existe um mentor. A diferença aqui no Brasil entre as polícias não quer dizer nada. Esta é uma divisão clássica da polícia no mundo inteiro e você tem uma polícia urbana que corresponde a essa polícia ostensiva e o estado de flagrante. Como é que um policial militar chega a ver um “cara” batendo no outro e dando um tiro, ele prende e tem que levar para outro lugar. Ou seja, é uma polícia urbana incompleta. E as polícias judiciárias desses países como França, Itália são polícias para investigações e situações complexas, crimes insolúveis casos graves neste sentido. E você tem que ter outro tipo de polícia chamada polícia de ordem. Você tem a polícia de choque, de Estado, de Operações Especiais, que são outras coisas. Quando você não consegue discernir entre essas diferentes funções, você mistura tudo, e aí ocorre uma tremenda confusão quanto ao que é ser operacional. A polícia urbana faz isso. Achei um absurdo destinar o BOPE para treinar a Força Nacional, e disse que o BOPE se desviou totalmente das funções tradicionais das forças especiais no mundo inteiro. Falei que eles estão tentando criar uma lista em torno de um conceito de operacionalidade totalmente associado na base do combate.

Eu não sei se vocês perceberam, mas sempre faço questão de citar alguma coisa. Quando você fala com alguém, você pode dizer “não, eu me especializei no exterior”. Ou seja, você está querendo dar credibilidade ao

que está falando ou fazendo. Eu visitei Israel há dois anos, durante quase 15 dias, estive na fronteira de Israel com o Líbano. E o que acontece lá? Nós não estamos falando de israelenses matando israelenses. No Rio de Janeiro, estamos falando de brasileiro matando brasileiro. São coisas distintas. Pois, nós não temos uma guerra ideológica religiosa no Brasil, mas combatemos nossos problemas com chumbo, mesmo que o sistema estruture as coisas desta forma. Não questionamos essa realidade, apenas executamos ordens. E estas ordens estão nos destruindo.